

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 1310001/2025/PMTA

O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado no período de outubro de à dezembro de 2025, tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PADRÃO FNDE DE 06 SALAS DE AULA, ANOS INICIAIS, BAIRRO PORTELINHA (ESCOLA PRESIDENTE VARGAS - ID 1010369), e considerando a necessidade de garantir a plena utilização da infraestrutura educacional já implantada em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Educação e as normas técnicas do FNDE.

1. ORGÃOS PARTICIPANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – TOMÉ-ACU/PA

- Fonte de Recursos: **FUNDEB**

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decretos Municipais, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e alterações posteriores. Este documento busca centralizar e justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão. Ao longo deste estudo será abordado pontos pertinentes à tramitação e vantajosidade.

Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)

2.1. NATUREZA DOS SERVIÇOS

O objeto a ser contratado é caracterizado como “SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA”, de que trata a Lei nº 14.133/2021, serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

2.2. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A elaboração do Plano Anual de Contratações tem como objetivo alinhar as propostas de aquisições das secretarias e ordenadores de despesas as reais necessidades, além de identificar oportunidades de economia e melhoria nos processos de trabalho. O plano de contratações fortalece a governança e a gestão das aplicações dos recursos públicos, atendendo aos princípios da transparência e da prestação de contas, permitindo mitigar riscos relativos ao processo de compras.

O Plano Anual de Contratações (PCA) referente ao exercício de 2025 já foi devidamente elaborado e aprovado pelo órgão competente. No entanto, a presente contratação não consta entre as ações inicialmente previstas, uma vez que a necessidade de conclusão da obra da Escola Municipal, surgiu posteriormente, em decorrência de circunstâncias supervenientes que demandam a adoção de medidas imediatas para garantir a continuidade da execução e a efetiva entrega do empreendimento público à comunidade escolar.

3. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO

A presente contratação tem como objetivo a conclusão da obra de construção da Escola Padrão FNDE de 06 (seis) salas de aula – Anos Iniciais, situada no Bairro Portelinha, destinada a abrigar os alunos e demais usuários vinculados à Escola Municipal Presidente Vargas (ID 1010369), assegurando a disponibilização de infraestrutura escolar compatível com as necessidades pedagógicas e de segurança exigidas para a adequada prestação do serviço público educacional.

A motivação da contratação decorre de um cenário concreto de precariedade estrutural do prédio atualmente utilizado pela Escola Municipal Presidente Vargas, cuja edificação se encontra antiga, desgastada e com o telhado deteriorado, condição que representa risco potencial à integridade física e à segurança de alunos, professores, servidores, pais e comunidade em geral. Soma-se a isso o fato de que o imóvel apresenta condições físicas insuficientes para atender, com qualidade e regularidade, a demanda da comunidade escolar, refletindo negativamente no ambiente institucional necessário ao processo de ensino-aprendizagem.

Ressalta-se que a infraestrutura escolar não se limita a um aspecto acessório, mas constitui condição essencial para o desenvolvimento pleno das atividades educacionais. Ambientes com estrutura precária, infiltrações, cobertura comprometida, limitações de espaço e desconformidades de manutenção impactam

diretamente: (i) a continuidade e a regularidade das aulas, especialmente em períodos de maior intensidade de chuvas; (ii) a organização didático-pedagógica, em razão de restrições físicas para acomodação adequada dos estudantes e execução de atividades; (iii) a qualidade do trabalho docente, pois compromete condições mínimas de conforto e segurança no exercício profissional; e (iv) o rendimento escolar, uma vez que o ambiente físico influencia a concentração, a participação e a permanência do aluno na escola.

Nesse contexto, a conclusão da obra da Escola Padrão FNDE representa medida estratégica para:

- eliminar riscos estruturais e garantir segurança aos usuários;
- proporcionar ambiente escolar adequado, favorecendo a melhoria das condições de ensino e aprendizagem;
- permitir a continuidade do serviço público educacional em condições dignas, reduzindo a exposição a interrupções e imprevistos;
- assegurar condições mínimas de trabalho aos profissionais do magistério, com reflexos diretos na qualidade da prestação do serviço;
- atender de forma mais efetiva a comunidade do Bairro Portelinha e áreas adjacentes, com estrutura compatível ao padrão técnico preconizado pelo FNDE.

A contratação também se justifica pelo atendimento ao interesse público primário, alinhando-se às responsabilidades constitucionais e legais do Município. Destaca-se a competência comum de proporcionar meios de acesso à educação (art. 23, inciso V, da Constituição Federal), bem como as competências municipais previstas na Lei Orgânica do Município, especialmente o dever de zelar, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando no estabelecimento escolar (art. 185, inciso VI). Adicionalmente, observa-se o dever de garantir aos profissionais do magistério condições mínimas de trabalho, conforme estabelecido no art. 3º, inciso VI, da Lei Municipal nº 1.984/2010, reforçando que a adequação física da unidade escolar é um requisito indispensável para a eficiência das políticas educacionais municipais.

Assim, a presente contratação visa, de modo objetivo e motivado, concluir a obra para disponibilizar uma unidade escolar apta ao funcionamento regular, contribuindo para a qualidade do ensino, segurança dos usuários, valorização do magistério e efetividade das políticas públicas de educação, com observância aos

princípios da administração pública e à garantia de prestação adequada e contínua do serviço educacional à população.

3.1. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO)

A problemática central a ser enfrentada pela Administração Municipal consiste na insuficiência e inadequação da infraestrutura física atualmente disponível para atendimento da comunidade escolar da Escola Municipal Presidente Vargas (ID 1010369), em razão do estado de conservação do prédio em uso, o qual se encontra antigo, com telhado deteriorado e estrutura precária, configurando risco à segurança dos usuários e comprometendo a regularidade e a qualidade do serviço público educacional.

Sob a perspectiva do interesse público, a manutenção das atividades escolares em ambiente com condições estruturais degradadas potencializa situações de vulnerabilidade, tais como: possibilidade de incidentes decorrentes da deterioração da cobertura, redução das condições mínimas de salubridade e conforto, limitações operacionais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e necessidade recorrente de medidas paliativas, que não solucionam o problema de forma definitiva. Tal cenário repercute negativamente na prestação contínua e eficiente do serviço, elevando o risco de interrupções, restrições de uso de espaços e prejuízos à rotina escolar.

Ademais, a precariedade do ambiente escolar impacta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que interfere na condução das aulas por parte dos docentes, reduz a capacidade de concentração e permanência dos estudantes, e dificulta a implementação adequada das práticas pedagógicas previstas no planejamento escolar. Isso resulta em efeitos concretos na aprendizagem, ampliando desigualdades e fragilizando a efetividade das políticas públicas de educação, especialmente nos anos iniciais, etapa fundamental para a formação básica do estudante.

A problemática também se relaciona ao dever jurídico-administrativo do Município de assegurar condições adequadas para o acesso e permanência na escola. Trata-se de obrigação derivada da competência constitucional de proporcionar meios de acesso à educação (art. 23, inciso V, da Constituição Federal), bem como das responsabilidades previstas na Lei Orgânica do Município, notadamente o dever de zelar pela permanência do educando no estabelecimento escolar (art. 185, inciso VI). Soma-se a isso a necessidade de

garantir aos profissionais do magistério condições mínimas de trabalho, conforme previsto no art. 3º, inciso VI, da Lei Municipal nº 1.984/2010, o que pressupõe ambiente seguro, adequado e funcional.

Dessa forma, a Administração busca solucionar um problema público que envolve, simultaneamente, segurança dos usuários, continuidade do serviço educacional, qualidade do ambiente pedagógico e efetividade das normas constitucionais e municipais aplicáveis. A conclusão da obra da Escola Padrão FNDE de 06 salas, no Bairro Portelinha, apresenta-se como medida estruturante e definitiva para superar as limitações atuais, garantindo uma unidade escolar apta ao pleno funcionamento, com ganhos diretos para a comunidade, para os servidores da educação e para a política pública municipal de ensino.

3.2. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

O presente Relatório Fotográfico tem como objetivo evidenciar e documentar as condições atuais do objeto a que se trata este documento, a fim de demonstrar transparência e subsidiar a abertura do processo licitatório, trazendo credibilidade com o disposto no Termo de Referência e Projeto Básico.

Imagem 01 - Passarela principal de acesso à escola



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 02 - Passarela principal de acesso à escola



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 03 - Passarela de acesso ao bloco administrativo.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 04 - Passarela de acesso ao bloco de serviço.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 05 – Pátio coberto.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 06 – Bloco administrativo.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 07 – Bloco de serviço.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 08 – Bloco de serviço (vista posterior).



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 09 – Cozinha.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 10 – Área de serviço.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 11 – Circulação do bloco pedagógico.



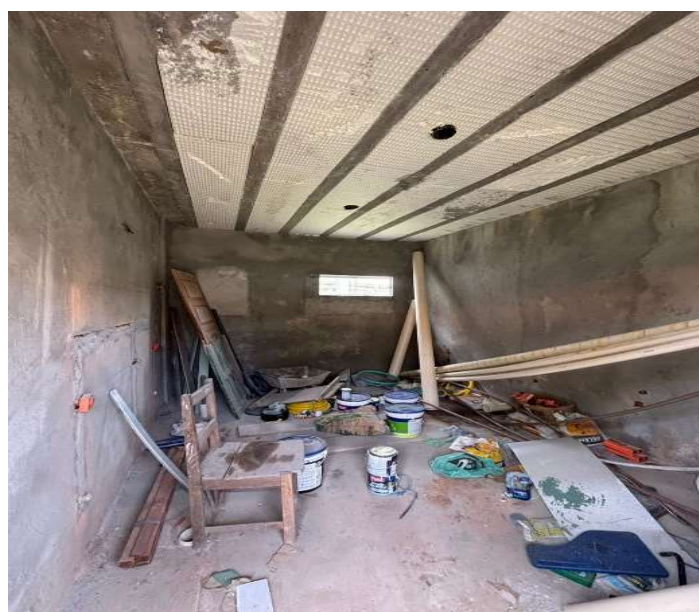
Fonte – Autor, 2025.

Imagem 12 – Sala de aula.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 13 – Banheiro de uso coletivo dos alunos.



Fonte – Autor, 2025.

Imagem 14 – Banheiro do bloco administrativo.



Fonte – Autor, 2025.

3.3. ESTIMATIVA DE PROPORÇÃO DA OBRA

A estimativa de proporção da obra refere-se ao grau de execução física já alcançado na construção da Escola Padrão FNDE de 06 (seis) salas de aula – Anos Iniciais, localizada no Bairro Portelinha (Escola Municipal Presidente Vargas – ID 1010369), considerando as medições e registros existentes no processo administrativo, bem como as informações técnicas disponíveis até o momento.

Registra-se que a obra se encontra iniciada, porém não concluída, restando pendentes etapas essenciais para sua finalização e pleno funcionamento, as quais abrangem, de forma exemplificativa, serviços de acabamento, instalações, adequações técnicas e demais componentes necessários à entrega do objeto conforme o projeto padrão FNDE e às normas técnicas vigentes.

Diante da necessidade de atualização técnica do estágio da execução, a proporção exata da obra deverá ser confirmada por meio de vistoria técnica e levantamento físico-financeiro, a ser realizado pelo setor de engenharia, com base em medições in loco, análise dos projetos executivos, planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e cronograma físico-financeiro originalmente pactuados.

Para fins de planejamento desta contratação, considera-se que a obra possui execução parcial, estimando-se que o percentual remanescente corresponde aos serviços indispensáveis à conclusão integral da edificação, de modo a permitir sua utilização segura, regular e compatível com a finalidade educacional a que se destina. A definição precisa da proporção executada e do saldo remanescente será formalizada em relatório técnico específico, que subsidiará a elaboração do orçamento detalhado, a definição do escopo contratual e a adequada condução do procedimento licitatório.

4. CONTRATAÇÕES SIMILARES

O presente tópico apresenta a análise das contratações similares realizadas por outros municípios, especialmente dentro do Estado do Pará, com o objetivo de verificar a natureza do objeto, as soluções adotadas, a modalidade utilizada e a aderência às práticas administrativas consolidadas.

A pesquisa demonstra que contratações para construção, reforma ou conclusão de escolas municipais, em padrão semelhante ao FNDE, têm sido licitadas predominantemente como serviços de engenharia comuns, uma vez que suas especificações podem ser definidas de forma objetiva, padronizada e amplamente replicável por empresas do setor. Os objetos possuem projetos executivos completos, memoriais, planilhas e cronogramas perfeitamente padronizáveis, o que reafirma a ausência de complexidade técnica extraordinária.

Da mesma forma, a pesquisa aponta que a solução adotada pela Administração de Tomé-Açu está alinhada às melhores práticas observadas, tendo em vista que outros municípios com objetos equivalentes utilizam a Concorrência Eletrônica como modalidade de licitação, nos termos do art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021.

A Concorrência Eletrônica se mostra adequada para esse tipo de contratação porque:

- é a modalidade mais aplicada a serviços de engenharia comuns com escopo padronizável;
- permite ampla competitividade, transparência e eficiência;
- garante julgamento objetivo por menor preço global;
- preserva a isonomia e a segurança jurídica do procedimento;
- está alinhada aos entendimentos mais recentes dos órgãos de controle e às práticas adotadas por outros entes municipais.

Assim, a pesquisa de contratações similares confirma que o objeto em análise possui natureza comum e padronizável, e que a Concorrência Eletrônica é a solução mais adequada, coerente e tecnicamente justificada para condução do presente certame.

MUNICÍPIO	PROCESSO / CONCORRÊNCIA	OBJETO	VALOR	LINK
Nova Esperança do Piriá/PA	Concorrência Eletrônica Nº 003/2025	Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação de unidades escolares	R\$ 2.436.247,91	https://www.novaesperancadopiria.pa.gov.br/licitacaolista.php?id=698
Santarém/PA	Concorrência Nº 007/2025	Contratação de empresa para reforma e ampliação de escolas municipais	R\$ 31.061.200,97	https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/edital-383168da767ecd517.pdf
Cametá/PA	Concorrência Pública Nº 07/2022	Construção de escolas municipais de educação infantil e fundamental	Entre R\$ 2.711.951,71 e R\$ 4.333.754,30	https://prefeituradecameta.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/EDITAL-CP-07-2022-OBRA-CONSTRUCAO-ESCOLAS-MUNICIPAIS.pdf
Acará/PA	Concorrência Nº 90004/2024	Reforma e ampliação da Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro I, na Comunidade N. S. do Perpétuo Socorro	R\$ 1.358.138,73	https://geoobras.tcm.pa.gov.br
Augusto Corrêa/PA	Concorrência Nº 15/2024	Reforma e ampliação da E.M.E.I. Beatriz Reis Ribeiro, Vila de Itapixuna	R\$ 879.853,68	https://geoobras.tcm.pa.gov.br

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE MODO GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO
1	SERVIÇOS PRELIMINARES
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA
3	RETIRADAS E DEMOLIÇÕES
4	SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL
5	ESQUADRIAS
6	SISTEMA DE COBERTURA
7	REVESTIMENTOS INTERNOS E EXTERNOS
8	SISTEMA DE PISOS
9	PINTURAS E ACABAMENTOS
10	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
11	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
12	LOUÇAS, ACESSÓRIOS E METAIS
13	INSTALAÇÃO DE GÁS COMBÚSTIVEL
14	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO
15	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS 127V
16	SISTEMA SPDA
17	SERVIÇOS COMPLEMENTARES
18	SERVIÇOS FINAIS

Após ampla discussão e levantamento de dados no local onde o serviço será executado, a equipe de engenharia, juntamente com o setor de planejamento, conclui que, para atender à necessidade exposta, a solução de melhor custo-benefício seria:

5.1. MODALIDADE E SOLUÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A escolha da modalidade adotada justifica-se pela busca de maior eficiência na execução, bem como pela possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Ressalta-se, ainda, a vantagem de permitir que os licitantes possam oferecer lances sucessivos e reduzir os preços durante o próprio processo, favorecendo a economicidade e a competitividade, uma vez que o objeto em questão possui ampla oferta no mercado, sendo regularmente contratado por diversos órgãos e entidades públicas, o que demonstra que não se trata de uma demanda exclusiva ou de difícil acesso comercial.

Considerando os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado

Obs.: O objeto demandado possui contratações similares por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

5.1.1. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

A modalidade Concorrência foi eleita para o presente certame considerando a natureza do objeto, classificado como serviço de engenharia comum, cujas especificações podem ser claramente definidas no projeto básico e nas peças técnicas que integram o processo.

Ainda que se trate de serviço de engenharia comum, a Lei nº 14.133/2021 determina que a escolha da modalidade licitatória deve observar a natureza do objeto, e não o valor estimado, sendo a Concorrência plenamente aplicável para bens e serviços comuns, especiais ou de engenharia.

A adoção da modalidade Concorrência se justifica pelos seguintes fundamentos:

Adequação legal

A Concorrência é modalidade apta para a contratação de bens e serviços comuns ou especiais e de obras e serviços de engenharia, independentemente de valor, da Lei nº 14.133/2021. Assim, mesmo sendo serviço de engenharia comum, a modalidade é legalmente adequada ao objeto.

Ampla competitividade

A Concorrência assegura a participação do maior número de licitantes possíveis, ampliando a competitividade entre empresas especializadas e permitindo à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, nos termos dos princípios da isonomia e eficiência.

Transparência e publicidade

O rito procedimental da Concorrência proporciona:

- Publicidade ampla das fases do certame;
- Transparência nos atos preparatórios, julgamento e habilitação;
- Maior segurança jurídica às empresas participantes.

Segurança jurídica e rigor técnico

Apesar de o objeto ser serviço de engenharia comum, sua execução requer:

- Observância de normas técnicas (ABNT);
- Atendimento a padrões específicos definidos pelo projeto básico;
- Garantia de qualidade e desempenho dos serviços.

A Concorrência permite análise criteriosa das propostas, assegurando que a contratação seja compatível com as exigências técnicas do objeto.

Vantajosidade e avaliação consistente

O procedimento possibilita:

- Avaliação objetiva das propostas;
- Análise aprofundada da exequibilidade dos preços;
- Garantia de que a execução ocorrerá conforme os requisitos técnicos estabelecidos.

Diante do exposto, a adoção da modalidade Concorrência apresenta-se como a solução legal, técnica e administrativa mais adequada à contratação de serviço de engenharia comum, garantindo:

- Ampla competitividade;
- Transparência;
- Segurança jurídica;
- Rigor técnico na análise das propostas;
- Seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.1.2. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;

- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Concorrência Eletrônica, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução.

5.1.3. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

O critério de julgamento adotado para o presente certame será o de Menor Preço Global, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por ser o mais adequado à natureza do objeto, que possui definição precisa, padronizada e quantificável.

A escolha desse critério se fundamenta nos seguintes aspectos:

a) Padronização do escopo

As especificações técnicas, projetos e quantitativos apresentados permitem que todas as empresas concorrentes ofertem propostas para o mesmo escopo, tornando o preço global o critério mais seguro e objetivo.

b) Comparabilidade entre as propostas

O julgamento por menor preço global assegura que:

- as propostas sejam avaliadas de forma direta e objetiva;
- não haja fragmentação do objeto por itens isolados;
- seja selecionada a proposta mais vantajosa considerando o conjunto da prestação.

c) Prevenção de propostas desequilibradas

Ao adotar o preço global, evita-se:

- subestimação artificial de itens isolados;
- manipulação de preços unitários;
- riscos de execução desequilibrada ou inexecução parcial.

d) Adequação à natureza do serviço

Por se tratar de serviço de engenharia comum, com escopo previamente definido e sem variações metodológicas significativas, o critério de menor preço global é o que garante:

- isonomia entre os licitantes;
- ampla competitividade;
- seleção da proposta mais vantajosa;
- regularidade e segurança jurídica ao processo.

Diante da natureza padronizável do objeto e da necessidade de garantir julgamento objetivo, seguro e aderente às especificações técnicas, o critério de Menor Preço Global mostra-se o mais adequado para a contratação, sendo plenamente compatível com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão pública.

6. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

A empresa a ser contratada deverá possuir a seguinte QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a. Registro de regularidade da licitante e de seus responsáveis técnicos nas entidades profissionais competentes que permita a execução dos serviços, objeto desta licitação, comprovada através de certidão do órgão em dia. Obs.: caso a empresa vencedora da licitação seja de outro estado, na assinatura do contrato, a empresa e/ou responsável técnico com sede ou acervo técnico de outro estado, deverão apresentar o registro de regularidade com o visto do CREA/CAU/PA, conforme lei nº 5.194/66 e resoluções 266/79 e 413/97 do CONFEA.
- b. Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente compatível em características com o objeto da licitação e indicação do objeto, bem como da qualificação dos membros da equipe técnica. O acervo técnico deverá constar todos os técnicos relacionados no CAT;

A comprovação da capacidade técnica será feita da seguinte maneira:

- c. Atestado de desempenho anterior, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhando das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), expeditas pelo profissional de nível superior ou médio detentor da anotação de responsabilidade técnica — ART, comprovando a prestação de serviços de características técnicas compatíveis as do objeto da presente licitação.
- d. Atestado de conclusão do serviço e descrição dos serviços executados; comprovação de vínculo de trabalho entre os técnicos indicados e a empresa licitante, esta comprovação poderá ser feita através de CTPS ou contrato de trabalho ou CREA/CAU.
- e. A empresa contratada deverá executar fornecimento dos materiais, equipamentos e todos os insumos necessários à execução do objeto, conforme detalhamentos dos projetos e em observância às especificações técnicas e memorial descritivo fornecido pela CONTRATANTE.

Especificamente neste projeto, as atividades e etapas deverão ser executadas de acordo com as normas técnicas brasileiras vigentes, especificamente as descritas abaixo:

- f. O Decreto 52.147 de 25/06/63, que estabelece as Normas e Métodos de execução para Obras e Edifícios Públicos.
- g. O artigo dezesseis da Lei Federal N.º: 5.194/66, que determina a colocação de Placa de Obra, conforme a orientação do CREA.
- h. As Normas Brasileiras aprovadas pela ABNT.
- i. Regulamentos, especificações e recomendações do grupo EQUATORIAL ENERGIA, COSANPA, e CORPO DE BOMBEIROS.
- j. A(s) Licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter, durante todo o período de execução contratual, profissionais devidamente vinculados à obra, sendo obrigatória a disponibilidade de engenheiro responsável técnico, encarregado de obras e vigia, os quais deverão comprovar vínculo com a CONTRATADA.

A comprovação de vínculo poderá ser feita por meio de:

- k. Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou
- l. Contrato de prestação de serviços, contrato social (no caso de sócio da empresa), ou outro documento idôneo que comprove a relação profissional com a CONTRATADA, observado o disposto na legislação trabalhista e na regulamentação profissional pertinente.
- m. O prazo de execução deverá ser obedecido, conforme cronograma proposto.
- n. As etapas ou atividades executadas pela CONTRATADA, deverão ser previamente aprovadas pela equipe técnica da CONTRATANTE, para posterior pagamento dos boletins de medição. Serviços fora

das especificações técnicas ou em desacordo aos projetos executivos, não serão pagos, e a CONTRATADA deverá arcar com possíveis prejuízos decorrentes de sua atuação.

ITENS DE RELEVÂNCIA:

Qualificação Técnico-Operacional

	ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA				
Nº DO ITEM DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. LICITADA PLANILHA	PESO (%)	QUANT. EXIGIDA 50%
2.1	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	MES	8	6,85 %	4
3.3	PEDREGULHO OU PICARRA DE JAZIDA, AO NATURAL, PARA BASE DE PAVIMENTACAO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	874,17	5,62 %	437,08
6.4	MURO EM ALVENARIA, REBOCADO E PINTADO 2 FACES (2,50 M).	M	275	11,80 %	137,5
11.1.2	PISO DE ALTA RESISTÊNCIA, ESPESSURA DE 8 MM, COM RESINA, INCLUINDO CAMADAREGULARIZADORA.	M²	814,48	5,33 %	407,24
Item de maior relevância - Valor significativo					
Os itens e subitens listados são considerados de maior relevância no que tange valor significativo do objeto da licitação. Assim então, também consideradas os itens que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação” (art. 67, § 1º).					

Qualificação Técnico-Profissional

Para o serviço em questão será solicitado a comprovação de possuir o profissional abaixo descrito, legalmente habilitado:

- Engenheiro Civil ou Arquiteto.

	ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA				
Nº DO ITEM DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. LICITADA PLANILHA	PESO (%)	QUANT. EXIGIDA 50%
6.4	MURO EM ALVENARIA, REBOCADO E PINTADO 2 FACES (2,50 M).	M	275	11,80 %	137,5

11.1.2	PISO DE ALTA RESISTÊNCIA, ESPESSURA DE 8 MM, COM RESINA, INCLUINDO CAMADA REGULARIZADORA.	M²	814,48	5,33 %	407,24
Item de maior relevância - Valor significativo					
Os itens e subitens listados são considerados de maior relevância no que tange valor significativo do objeto da licitação. Assim então, também consideradas os itens que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação” (art. 67, § 1º).					

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o serviço em questão será solicitado a comprovação de possuir o profissional abaixo descrito, legalmente habilitado:

- Engenheiro Civil ou Arquiteto.

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração ([§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico, conforme anexo XI do Termo de Referência.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos **incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021** em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Os documentos exigidos para fins de qualificação técnica, bem como, habilitação fiscal, trabalhista, econômico-financeiro, e demais exigências, estarão listados no TERMO DE REFERÊNCIA, anexo ao edital.

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, § 1º da Lei 14.133/21.

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em cumprimento ao art. 67, inciso VI da Lei 14.133/21.

Declaração de que atende os requisitos de habilitação e da veracidade dos documentos apresentados, conforme art. 63, inciso I da Lei 14.133/21.

Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme art. 63, § 3º da Lei 14.133.

Declaração de que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau reta e colateral, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; conforme art. 14, inciso IV da Lei 14.133/21.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na futura licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos-NLLC.

7. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual exigida pela Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar as seguintes providências antes da formalização do contrato administrativo referente a obra:

a) Designação formal do gestor e fiscal do contrato

- Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a designação prévia, por ato formal da autoridade competente, de um gestor e de pelo menos um agente de fiscalização técnica, com respectivos substitutos, com atribuições claramente definidas.

b) Capacitação técnica dos encarregados pela fiscalização

- Assegurar que os servidores designados estejam previamente capacitados quanto às especificidades de obras públicas, incluindo aspectos técnicos, legais e ambientais;
- Realizar treinamentos sobre boas práticas de fiscalização, com foco em recebimento de materiais, acompanhamento de etapas construtivas e conferência de conformidade com o projeto básico e executivo;
- Orientar sobre critérios objetivos de verificação da execução, tais como padrões de qualidade dos serviços, prazos contratuais e conformidade com normas técnicas da ABNT.

c) Análise e atualização do Projeto Básico/Termo de Referência

- **Revisar a documentação técnica para assegurar que:**
 - ✓ As especificações dos serviços e materiais estejam alinhadas às necessidades reais de cada unidade;
 - ✓ Sejam indicados os padrões de qualidade e desempenho exigidos (NBRs aplicáveis, garantias mínimas, certificações);

- ✓ Constem obrigações acessórias do contratado, como manutenção corretiva durante a garantia e substituição de itens defeituosos.

d) Verificação de adequação orçamentária

- Confirmar a compatibilidade da contratação com a dotação orçamentária específica e a existência de empenho prévio, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e legislação financeira vigente;
- Assegurar que os custos estejam devidamente amparados por pesquisa de preços e estimativa de mercado, conforme determina a lei.

e) Formalização da minuta contratual e aprovação jurídica

- Submeter a minuta contratual à análise e aprovação jurídica prévia, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica ao ajuste e adequação às normas de obras públicas.

f) Planejamento da logística de execução e acompanhamento da obra

- Definir previamente os prazos de execução e o cronograma físico-financeiro, assegurando a vinculação com os marcos contratuais;
- Estruturar o plano de fiscalização e acompanhamento, prevendo registro fotográfico, relatórios periódicos de medição e atas de vistoria;
- Estabelecer a logística de armazenamento temporário de materiais, controle de entrada e saída de insumos e verificação de conformidade com os projetos;
- Garantir a elaboração de checklists de verificação em cada etapa (fundação, estrutura, acabamento, instalações elétricas e hidráulicas, acessibilidade, segurança patrimonial e entrega final).

8. ESTIMATIVA DE CUSTOS

É importante ressaltar que essa estimativa serve apenas como base para definição do custo do projeto e para orientar o processo licitatório.

A estimativa preliminar se baseia nos itens descritos abaixo:

- a) Composição de custos SINAPI – 09 / 2025
- b) Composição de custos SEDOP – 10 / 2025
- c) Composição de custos SEINFRA – 028
- d) Composição de custos FDE – 07/2025
- e) Composição de custos ORSE – 08 / 2025
- f) Composição de custos SBC – 10/2025
- g) Composição de custos SICRO – 07 / 2025
- h) Projetos padrão FNDE de 6 salas de aula, com adequações de acabamentos feitas pelo corpo técnico da PMTA.

➤ DA ORIGEM DOS RECURSOS (Inicial):

A obra foi originalmente contemplada por recursos federais, formalizados através do Termo de Compromisso PAR n.º 33942.

Situação Atual:

O saldo de recursos federais está indisponível para uso. A indisponibilidade decorre de restrições e inconformidades técnicas apontadas pela equipe de supervisão do FNDE. Além disso, o valor remanescente não seria suficiente para concluir a totalidade dos serviços.

Solução Proposta:

Para garantir a finalização da obra e o atendimento ao interesse público, a conclusão será custeada integralmente com recursos próprios, conforme disponibilidade orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : FUNDEB

Func. Programática 12 361 0003 1.034 Ampliação e Aparelhamento de Escolas – FUNDEB

Natureza da Despesa 4.4.90.51.00 Obras e instalações

Subelemento: 4.4.90.51.91 Obras em Andamento

Fonte de Recurso 15420000 Transf. do FUNDEB - Comple. União – VAAT

Condição de Reversão:

Fica estabelecido que, na eventualidade da liberação do saldo do Termo de Compromisso PAR n.º 33942 no decorrer da execução dos serviços, tais recursos serão imediatamente aportados no contrato para o custeio da obra, conforme:

- **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Fundo Municipal de Educação

Unidade Gestora:

Fundo Municipal de Educação de Tomé-Açu

Unidade Orçamentária:

Fundo Municipal de Educação de Tomé-Açu

Func. Programática:

12 362 0003 1.025 Reforma e Ampliação de Escola

Natureza da Despesa:

4.4.90.51.00 Obras e instalações

Subelemento:

4.4.90.51.91 Obras em Andamento

Fonte de Recurso

15690000 Outras transferências do FNDE

Os serviços objeto dessa contratação serão financiados com recursos próprios e convênio com o Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ademais, para a concretização dos serviços objeto da proposta, o valor estigmatizado previsto na planilha orçamentária, considerando um BDI de 27,78%, é de **R\$ 1.458.137,37 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, CENTO E TRINTA E SETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).**

9. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIAS

9.1. GARANTIA DA PROPOSTA

Visando à otimização e à segurança do presente processo licitatório, a Administração propõe, de forma excepcional e motivada, a **exigência de garantia da proposta**, nos termos do § 3º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021. A adoção dessa medida justifica-se pela necessidade de reforçar os mecanismos de controle e cautela, com o objetivo de prevenir contratações inexequíveis e assegurar a adequada execução contratual.

Em processos anteriores, constatou-se que propostas com valores significativamente inferiores aos praticados no mercado têm levado, com frequência, à recusa de fornecimento por parte das empresas vencedoras, sob a alegação de inviabilidade econômica decorrente da defasagem dos preços contratados. Essa conduta tem causado prejuízos relevantes à Administração Pública, incluindo a paralisação de serviços essenciais, necessidade de anulação de empenhos, aplicação de penalidades e instauração de novos procedimentos licitatórios, gerando ineficiência e aumento do custo administrativo.

Assim, como medida de proteção ao interesse público, propõe-se a exigência de garantia da proposta, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsto no caput do art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A garantia poderá ser prestada por qualquer das modalidades admitidas pela legislação, a saber:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia.

Importa destacar que tal exigência não impõe ônus desproporcional aos licitantes, e sim reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo maior segurança jurídica e previsibilidade ao certame. Tal medida se mostra ainda mais pertinente considerando a natureza técnica do objeto licitado, a complexidade logística envolvida e os impactos diretos em caso de inexecução contratual.

A exigência de garantia da proposta encontra-se plenamente alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, razoabilidade e prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos. Trata-se, portanto, de medida prudente e proporcional para garantir a integridade do procedimento e o êxito da futura contratação.

9.2. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO prestará garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento), a qual deverá ser apresentada no ato da assinatura do contrato, com objetivo de assegurar a fiel execução do objeto contratual.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

10. IMPACTO AMBIENTAL

A execução do objeto, consistente na conclusão da obra de construção da Escola Padrão FNDE de 06 (seis) salas de aula – Anos Iniciais, configura intervenção pontual e de impacto ambiental predominantemente local e temporário, típica de obras de construção civil. Trata-se de empreendimento voltado à melhoria da infraestrutura pública de educação, cujos efeitos ambientais diretos concentram-se no período de execução e

estão associados, principalmente, à mobilização de mão de obra e equipamentos, transporte e armazenamento de materiais, execução de serviços de acabamento e instalações, além da geração de resíduos.

Em regra, por se tratar de obra de conclusão em área já destinada ao uso público e previamente alterada, não se espera supressão relevante de vegetação nativa, intervenção em APP, ou alteração significativa do meio natural. Ainda assim, a Administração deverá assegurar que a execução observe integralmente a legislação ambiental vigente e as exigências do órgão ambiental competente, inclusive quanto à necessidade de licenciamento, autorização simplificada ou dispensa, conforme o caso.

10.1 Principais impactos ambientais potenciais

Durante a execução, podem ocorrer os seguintes impactos, a serem prevenidos e controlados:

- Geração de resíduos da construção civil (RCC): sobras de concreto/argamassa, embalagens, madeira, metais, plástico, papel, gesso, materiais cerâmicos, além de resíduos de demolição eventualmente necessários para correções e adequações;
- Geração de resíduos perigosos ou especiais (quando aplicável): tintas, solventes, óleos, graxas, estopas contaminadas, lâmpadas, toners, pilhas e baterias de equipamentos;
- Emissão de poeira e material particulado, especialmente em serviços de corte, lixamento, carga/descarga de agregados e circulação de veículos;
- Emissão de ruídos e vibrações, decorrentes de equipamentos, ferramentas elétricas e movimentação de caminhões;
- Risco de contaminação do solo e de drenagens por derramamento de óleo, combustível, tinta ou argamassa, bem como lançamento irregular de efluentes;
- Consumo de recursos naturais, como água e energia elétrica, inerentes à execução dos serviços;

- Transtornos ao entorno (quando houver vizinhança residencial/comercial), como aumento temporário do tráfego, presença de entulhos e interferências de circulação.

10.2 Ações mitigadoras e medidas de controle ambiental (exigíveis da contratada)

Para reduzir e controlar os impactos, a contratada deverá implementar, no mínimo, as seguintes ações mitigadoras, sob fiscalização do setor competente:

a) Gestão de Resíduos da Construção Civil – PGRCC

- Elaborar e executar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), compatível com a legislação aplicável, contemplando: classificação, segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada;
- Realizar segregação na origem, com áreas identificadas para armazenamento temporário de resíduos, evitando mistura de classes e reduzindo volumes destinados a aterro;
- Manter controle documental (comprovantes de transporte e destinação/recebimento) e apresentar relatórios sempre que solicitado pela fiscalização;
- Proibir descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, áreas verdes, canais, igarapés, bueiros e sistemas de drenagem.

b) Controle de poeira e particulados

- Realizar umidificação de áreas de movimentação de materiais e de vias internas quando houver geração de poeira;
- Manter materiais pulverulentos (areia, cimento, cal) cobertos e acondicionados de forma adequada;

- Adotar práticas de corte e lixamento com controle de pó (ex.: uso de coletores, barreiras e limpeza frequente).
- c) Controle de ruídos e organização do canteiro
- Restringir atividades mais ruidosas a horários compatíveis com a rotina local (conforme normas municipais e orientações da fiscalização);
- Utilizar equipamentos em boas condições, com manutenção preventiva, evitando ruídos excessivos;
- Implantar sinalização e organização do canteiro, com isolamento de áreas de risco e orientação para reduzir incômodos ao entorno.
- d) Prevenção de contaminação do solo, drenagem e recursos hídricos
- Proibir lavagem de betoneiras e ferramentas com lançamento de água cimentícia em solo exposto ou drenagem; realizar lavagem em local apropriado, com contenção quando necessário;
- Armazenar tintas, solventes, óleos e combustíveis em local coberto, ventilado, com contenção secundária (bacia de contenção) e identificação;
- Ter kit de contenção e absorção (serragem/absorvente industrial) para atendimento imediato de eventuais derramamentos, com destinação adequada do material contaminado;
- Garantir que efluentes e águas servidas do canteiro sejam gerenciados sem lançamento irregular em via pública ou rede de drenagem.

e) Consumo consciente e eficiência de recursos

- Adotar medidas de uso racional de água e energia, evitando desperdícios (ex.: reaproveitamento de água quando tecnicamente possível, desligamento de equipamentos ociosos);
- Preferir, quando viável, materiais e insumos com menor impacto ambiental, maior durabilidade e melhor eficiência (ex.: madeiras com origem legal, produtos com informações técnicas claras, tintas com menor teor de compostos voláteis etc.).

f) Transporte, limpeza e segurança ambiental do entorno

- Garantir que veículos e caçambas operem de forma segura, com carga coberta quando aplicável, evitando espalhamento de resíduos e poeira;
- Executar limpeza periódica do canteiro e das áreas de circulação, mantendo o local organizado, reduzindo vetores e riscos;
- Implantar medidas de controle de acesso e segurança do canteiro, evitando deposição clandestina de resíduos e reduzindo riscos à comunidade.

10.3 Condicionantes administrativas e fiscalização

A Administração deverá prever, nos instrumentos do processo (TR/Projeto Básico/Contrato), cláusulas específicas para:

- obrigação de apresentação e execução do PGRCC e demais medidas ambientais;
- responsabilização da contratada por danos ambientais e pela destinação adequada dos resíduos;
- possibilidade de aplicação de sanções em caso de descarte irregular, reincidência de não conformidades ou descumprimento das medidas mitigadoras;

- exigência de conformidade com normas técnicas e posturas municipais, além das determinações do órgão ambiental competente, quando aplicáveis.

Conclui-se que os impactos ambientais diretos da contratação são mitigáveis e controláveis, desde que sejam adotadas as medidas acima e mantida fiscalização efetiva. Por outro lado, a conclusão da obra tende a produzir impactos positivos indiretos e permanentes, ao viabilizar infraestrutura educacional adequada, reduzir imprevistos e manutenções emergenciais, melhorar a organização do espaço público e fortalecer a efetividade das políticas públicas de educação, em consonância com o interesse público e com diretrizes de sustentabilidade.

IMPACTO AMBIENTAL POTENCIAL	RISCO ASSOCIADO	MEDIDAS MITIGADORAS / AÇÕES DE CONTROLE	EVIDÊNCIA / COMPROVANTE EXIGÍVEL
Geração de resíduos da construção civil (RCC)	Descarte irregular, poluição visual e do solo	Elaboração e execução de PGRCC ; segregação na origem; armazenamento temporário adequado; transporte e destinação final ambientalmente adequada	PGRCC aprovado; comprovantes de transporte e destinação; relatórios fotográficos
Geração de resíduos perigosos ou especiais (tintas, solventes, óleos, lâmpadas)	Contaminação do solo e riscos à saúde	Armazenamento em local coberto e identificado; uso de recipientes adequados; destinação conforme legislação específica	Registros de destinação; notas/comprovantes de coleta especializada
Emissão de poeira e material particulado	Incômodo à vizinhança e riscos respiratórios	Umidificação de áreas; cobertura de materiais pulverulentos; controle em cortes e lixamentos	Registros de rotina; relatórios de fiscalização
Emissão de ruídos e vibrações	Perturbação do entorno e desconformidade com normas locais	Restrição de horários; manutenção preventiva de equipamentos; organização do canteiro	Cronograma de atividades; registros de manutenção
Derramamento de óleo, combustível, tintas ou argamassa	Contaminação do solo e drenagens	Armazenamento com contenção; proibição de descarte em solo/drenagem; uso de kits de contenção	Checklists de canteiro; registros de ocorrências e correções
Lavagem inadequada de equipamentos	Poluição do solo e rede de drenagem	Lavagem em local apropriado; contenção de efluentes; proibição de lançamento irregular	Registros fotográficos; orientações internas
Consumo excessivo de água e energia	Desperdício de recursos naturais	Uso racional; desligamento de equipamentos ociosos; reaproveitamento quando viável	Registros operacionais; orientações de obra
Transporte de materiais e entulhos	Espalhamento de resíduos e poeira em vias públicas	Uso de caçambas e cargas cobertas; limpeza periódica das áreas de circulação	Relatórios de

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há que se falar em contratações correlatas e/ou interdependentes a não ser as que são, de fato, obrigações da contratada subsidiar, desde que não sejam do objeto final, conforme disposto no Projeto básico.

12. MAPA DE RISCO

O Mapa de Risco Geral tem por finalidade identificar, analisar e propor medidas de tratamento para os principais riscos associados a todas as etapas do processo de contratação, desde o planejamento até a execução e encerramento do contrato, visando assegurar a regularidade, eficiência, economicidade e continuidade da obra, em conformidade com os princípios da Administração Pública e com a Lei nº 14.133/2021.

Metodologia de Análise

Os riscos foram identificados considerando as fases do processo, classificados quanto à probabilidade (Baixa, Média, Alta) e ao impacto (Baixo, Médio, Alto), com definição de medidas preventivas e corretivas, bem como da unidade responsável pelo acompanhamento.

QUADRO – MAPA DE RISCO GERAL DA CONTRATAÇÃO

Fase do Processo	Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Medidas Preventivas / Mitigadoras	Responsável
Planejamento	Escopo incompleto ou impreciso	Projetos/levantamentos desatualizados	Média	Alto	Atualização de projetos; vistoria técnica; conferência de quantitativos; validação pela engenharia	Engenharia / Planejamento
Planejamento	Orçamento subestimado ou superestimado	Preços defasados; falha de medição	Média	Alto	Pesquisa de preços atualizada; orçamento detalhado; análise técnica dos custos	Engenharia / Licitação
Planejamento	Inadequação do ETP/TR às normas	Falhas técnicas ou legais	Baixa	Alto	Revisão técnica e jurídica; padronização documental	Licitação / Jurídico
Licitação	Baixa competitividade	Exigências restritivas; falhas de divulgação	Média	Médio	Revisão de exigências; ampla publicidade; prazos adequados	CPL / Licitação
Licitação	Impugnações e recursos	Divergências técnicas ou editalícias	Média	Médio	Clareza no edital; respostas fundamentadas; cronograma realista	CPL
Licitação	Proposta inexequível	Preços abaixo do mercado	Média	Alto	Análise de exequibilidade; diligências; parecer técnico	CPL / Engenharia

Habilitação	Documentação irregular	Falhas do licitante	Média	Médio	Diligências; verificação em cadastros oficiais	CPL
Contratação	Atraso na assinatura do contrato	Pendências documentais	Baixa	Médio	Checklists; acompanhamento prévio	Licitação
Execução	Atraso na execução da obra	Falta de planejamento da contratada	Média	Alto	Cronograma físico-financeiro; fiscalização contínua; notificações	Engenharia / Fiscal
Execução	Serviços em desacordo com o projeto	Falhas técnicas ou materiais inadequados	Média	Alto	Fiscalização técnica; exigência de conformidade; rejeição de serviços	Engenharia
Execução	Paralisação da obra	Problemas financeiros ou operacionais	Baixa/Média	Alto	Monitoramento; aplicação de sanções; plano de contingência	Administração
Execução	Impactos ambientais não controlados	Ausência de medidas mitigadoras	Baixa	Médio	Exigência de PGRCC; fiscalização ambiental	Fiscal / Engenharia
Execução	Acidentes de trabalho	Falta de segurança no canteiro	Média	Alto	Exigência de EPI/EPC; cumprimento das NRs; fiscalização	Contratada / Fiscal
Financeiro	Atraso nos pagamentos	Falhas no fluxo administrativo	Baixa	Médio	Planejamento financeiro; controle de medições	Administração
Financeiro	Medições indevidas	Falta de conferência técnica	Baixa	Alto	Conferência rigorosa; parecer técnico antes do pagamento	Engenharia
Encerramento	Pendências técnicas na entrega	Serviços inacabados	Média	Médio	Vistoria final; termo de recebimento provisório e definitivo	Engenharia
Encerramento	Falta de documentação final	Descumprimento contratual	Baixa	Médio	Checklist de encerramento; exigência documental	Fiscal / Administração

Tratamento e Monitoramento dos Riscos

Os riscos identificados deverão ser monitorados continuamente ao longo do processo, com registros formais das ações adotadas, especialmente pela fiscalização técnica e pelos setores envolvidos. As medidas propostas poderão ser ajustadas ou reforçadas, conforme a evolução da execução contratual, sem prejuízo da adoção de providências corretivas e sancionatórias quando cabíveis.

Considerações Finais

O presente Mapa de Risco Geral evidencia que, embora a contratação envolva riscos inerentes à execução de obras públicas, tais riscos são conhecidos, gerenciáveis e mitigáveis, desde que observados os controles técnicos, administrativos e legais previstos, garantindo a adequada conclusão da obra, a proteção do interesse público e a efetividade da política educacional municipal.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A execução do objeto proposto mostra-se estratégica e indispensável para a Administração Pública Municipal, encontrando-se devidamente autorizada pela Ordenadora de Despesas, no caso, a Secretária Municipal de Educação de Tomé-Açu, e plenamente integrada aos instrumentos de planejamento, programação orçamentária e gestão administrativa do Município.

A contratação demanda acompanhamento técnico contínuo pela equipe de engenharia da Secretaria Municipal de Educação, o qual deverá ser realizado em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, à legislação vigente e às diretrizes específicas para execução de obras públicas, garantindo a conformidade dos serviços com os projetos aprovados, os padrões de qualidade exigidos e a finalidade pública a que se destinam.

Ressalta-se, ainda, que a obra se encontra prevista nos instrumentos legais, orçamentários e financeiros do Município de Tomé-Açu, competindo à Secretaria Municipal de Educação garantir a continuidade, regularidade e efetividade da política pública de expansão e melhoria da infraestrutura escolar, de modo a atender às demandas da população, fortalecer a política educacional municipal e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos.

14. RESPONSABILIDADE DE ELABORAÇÃO

Certificamos, para os devidos fins, que equipe de Planejamento, juntamente com o departamento de engenharia, é o responsável pela elaboração do presente documento, através dos seus representantes a abaixo assinalado.

Tomé-Açu/PA, 17 de dezembro de 2025

Elaborado por:

JULIANA DE SOUZA COSTA
ENGENHEIRA CIVIL
REG N° 1521452520PA CREA PA

Ciente e autorizo prosseguimento:

LUCIENE P. DONADIA NARUSE
Secretária de Educação de Tomé-Açu/PA